

**DECISÃO ADMINISTRATIVA DE ANULAÇÃO DO ATO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 291/2023.**  
**PROCESSO SIPE Nº: 74971/2023.**

**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.

O **Secretário Municipal de Governo**, tendo em vista sua competência sobre os atos administrativos da licitação em análise, bem como as prerrogativas das legislações como a Lei Federal nº 8.666/93, regulamento do edital e, ainda, "IN 068/2023; Decreto nº 12.840/2023 e Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e;

**CONSIDERANDO** a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios sob sua tutela;

**CONSIDERANDO** a prerrogativa de autotutela da Administração Pública para rever seus próprios atos objetivando alcançar aspectos de legalidade e verificar a obediência aos pressupostos de validade dos atos que pratica;

**CONSIDERANDO** que a Administração Pública deve reconhecer e anular de ofício seus próprios atos quando acometidos de vícios ou ilegalidades, com fulcro no art. 49, da Lei Federal nº. 8.666/93 e art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Súmula nº 473 do STF;

**CONSIDERANDO** o processo N@LCC 23/060348 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual diante das razões apresentadas ao relator, tornou em definitiva a medida cautelar concedida na Decisão GAC/AMF n. 954/223. Sendo assim, concluiu as seguintes irregularidades: "Carência de estudos que demonstrem vantagens em relação à contratação direta pelo ente público, com inclusão de planilha detalhada com a estimativa de custos a serem incorridos na execução dos ajustes; Ausência de consulta ao Conselho Municipal de Saúde e Inexistência de Chamamento Público buscando entidades filantrópicas ou sem fins lucrativos dispostas a complementar a prestação de serviços municipal, violando o parágrafo primeiro do art. 199 da Constituição Federal".

**DECIDE,**



**ANULAR**, por vício de legalidade, os atos constituintes do certamente licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 291/2023 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS.

Dê-se ciência da decisão.

Publique-se.

Itajaí-SC, 17 de janeiro de 2025.

  
**Sergio Murilo Pereira**  
Secretário Municipal de Governo

**ANULAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 291/2023.**  
**PROCESSO SIPE Nº: 74971/2023.**

O Secretário Municipal de Governo, no uso de sua competência e tendo como prerrogativas os regramentos instituídos pela Lei Federal nº. 8.666/93 e 14.133/2021 considerando que a presente anulação está devidamente fundamentada no art. 49, da Lei Federal nº. 8.666/93 e art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, Súmula nº 473 do STF;

**DECIDE**

Tendo como base os princípios norteadores do processo licitatório, a Administração Pública Municipal de ofício, resolve **ANULAR** o certame licitatório referente ao pregão eletrônico Nº 291/2023, cujo objeto é a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, conforme decisão exarada no processo n. @LCC 23/00603408 e justificativa anexa ao processo SIPE n. 15150/2025.

Publique-se.

Itajaí-SC, 17 de janeiro de 2025.

  
**Sergio Murilo Pereira**  
Secretário Municipal de Governo